

PE-171 - ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA REALIZAÇÃO DE CORREÇÃO DA PERSISTÊNCIA DO CANAL ARTERIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ANOS DE 2019 A 2023

Júlia Corrêa Michelin¹, Maria Eduarda Velho Tietbohl¹, Fabiana Viana da Silveira¹

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Introdução: A persistência do canal arterial (PCA) é uma cardiopatia congênita, que se manifesta clinicamente por taquipneia inicialmente, caracterizada pela falha na obliteração do canal arterial após o nascimento, resultando em comunicação entre a aorta e a artéria pulmonar. A prevalência é de 0,31 por 1.000 nascidos vivos e sua frequência é de 5,07% entre as cardiopatias congênitas, além de ser mais frequente no sexo feminino, com uma relação de 3:1. Essa condição pode levar a complicações graves, como insuficiência cardíaca e hipertensão pulmonar, exigindo intervenção cirúrgica para correção. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é realizar uma análise epidemiológica da realização de correção da PCA em crianças e adolescentes durante o período de 2019 a 2023 no Brasil e analisar as tendências temporais na realização de correção da PCA ao longo dos anos estudados. **Metodologia:** Estudo transversal descritivo que traz o número de correções de PCA entre os anos de 2019 e 2023, por meio dos dados apontados no banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Resultados:** Entre os anos de 2019 e 2023 foram realizados um total de 2.481 correções da persistência do canal arterial no Brasil, sendo a maioria realizada na região Sudeste. A média anual de correções da persistência do canal arterial foi de aproximadamente 490,4 com desvio padrão (DP) 42,73. O procedimento apresentou taxa de mortalidade de 1,41 nesse período, sendo 34 o número de óbitos. O crescimento anual no período entre 2022 e 2023 foi de 9,13%, porém entre 2019 e 2020 houve um decréscimo de 23,63%. **Conclusão:** A análise epidemiológica da realização de correção da PCA em crianças e adolescentes entre 2019 e 2023 revelou uma média anual relativamente estável de correção da persistência do canal arterial no Brasil ao longo de cinco anos, com uma taxa de mortalidade de 1,34, sendo o total de óbitos 34, sendo um indicador positivo da segurança do procedimento. No entanto, observou-se variação no crescimento anual, com um aumento moderado seguido por uma queda em um curto período, sendo a queda no número de procedimentos entre 2019 e 2020 justificada provavelmente devido a pandemia da SARS-Cov-2. A variação de demanda, retratada pelo desvio padrão, pode ser influenciada, além de fatores externos como a pandemia, por fatores epidemiológicos.

PE-172 - RELAÇÃO ENTRE INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Júlia Corrêa Michelin¹, Maria Eduarda Velho Tietbohl¹, Fabiana Viana da Silveira¹

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Introdução: A sífilis congênita é uma infecção neonatal de transmissão transplacentária do *T. pallidum* e pode ser adquirida da mãe em qualquer fase da gestação. Pode ser sintomática ou assintomática (> 50% dos casos) no momento do nascimento. Os sinais mais característicos de sífilis congênita precoce são: hidrôpsia fetal, lesões de mucosa, lesões de pele, lesões ósseas, hepatoesplenomegalia, icterícia e anemia grave. No contexto brasileiro, a incidência de sífilis congênita tem aumentado nos últimos anos, com a Região Sul do país sendo uma das mais afetadas por esse aumento. **Objetivos:** Examinar e sintetizar os estudos disponíveis que investigaram a relação entre a incidência de sífilis congênita e as condições socioeconômicas na Região Sul do Brasil. Avaliar a associação entre indicadores socioeconômicos, como renda, escolaridade e acesso a serviços de saúde, e a incidência de sífilis congênita. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada através de busca sistemática nas principais bases de dados, incluindo UpToDate e SciELO, utilizando descritores de busca 'congenital syphilis', 'vertical transmission', 'socioeconomic factors', 'income inequality' na Região Sul do Brasil. Foram incluídos estudos observacionais e análises de dados secundários que abordaram a relação entre a incidência de sífilis congênita e indicadores socioeconômicos. **Resultados:** Os resultados apontam para uma associação entre condições socioeconômicas desfavoráveis e maior incidência de sífilis congênita na Região Sul do Brasil. Indicadores como baixa renda, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços de saúde e desigualdades sociais foram identificados como fatores de risco significativos para a ocorrência da doença. Além disso, foram observadas disparidades socioeconômicas na incidência de sífilis congênita entre diferentes grupos populacionais, com mulheres de baixa renda, adolescentes e minorias étnicas sendo mais afetadas. **Conclusão:** Esta revisão sistemática confirma a importância das condições socioeconômicas na determinação da incidência de sífilis congênita na Região Sul do Brasil. Promover o acesso equitativo a serviços de saúde reprodutiva, educação sexual e planejamento familiar, especialmente entre populações vulneráveis, é essencial para reduzir a incidência de sífilis congênita e melhorar os resultados de saúde materno-infantil na Região Sul do Brasil.